

Destaques da Semana 12/09/11 a 16/09/11

Parlamento Europeu exorta UE a apoiar as novas autoridades da Líbia

O Parlamento Europeu exortou, numa resolução adoptada no dia 15 de Setembro, as autoridades líbias a construir um Estado uno, democrático e pluralista, no qual os direitos humanos, liberdades fundamentais e justiça sejam respeitados. O texto aprovado por esmagadora maioria no PE - e redigido e negociado, em nome do Grupo Socialista, pela Eurodeputada Ana Gomes, que é Relatora do PE para a Líbia - sublinha que a credibilidade do futuro governo interino líbio vai depender da sua capacidade de lançar e conduzir o processo de transição democrática. Ana Gomes, exorta a Alta Representante para a Política Externa a estar *"pronta para responder aos pedidos da Líbia no sentido de dar assistência ao governo interino na transição para a democracia, assegurando a necessária coordenação entre os Estados-Membros, de modo que as agendas nacionais não se sobreponham a uma estratégia coerente da UE"*.

No decorrer da sessão plenária do PE, Ana Gomes interveio num debate com a Comissária para os Assuntos Internos, Cecilia Malmström, sobre a luta contra a corrupção na Europa, frisando que o fornecimento de submarinos fabricados na Alemanha a Portugal e à Grécia é clamoroso exemplo da teia de corrupção que funciona a nível europeu e que contribuiu decisivamente para a crise das finanças públicas vivida hoje pelos dois últimos países. A parlamentar insistiu que a Comissão e Conselho devem reconhecer que os memorandos de entendimento assinados por Portugal, Irlanda e Grécia para assistência financeira oferecem inúmeras oportunidades para a corrupção, sobretudo nos programas de privatizações e de renegociação das parcerias público-privadas, e que, por isso, a Comissão tem uma especial responsabilidade em dar prioridade e visibilidade à luta contra a corrupção. Entre medidas necessárias, a deputada sublinhou a importância de proteger denunciadores de crimes de corrupção, a transparência e controlo nas transacções financeiras, a negociação pela UE de acordos com jurisdições offshore para garantir a partilha de informação e a recuperação de capitais evadidos, e mecanismos mais rápidos e eficientes de cooperação judiciária através do Eurojust entre as autoridades judiciais europeias.

Ana Gomes interveio ainda nos debates sobre as situações de urgência de direitos humanos relativamente à Eritreia e ao Sudão.